

Sábado, 11 de julho de 2020



1959 | Luanda, tia Loló e sobrinhas (foto do arquivo pessoal da Verónica de Fátima)



# OLHA, EU NÃO SOU BRANCA

Verónica de Fátima

*No âmbito do trabalho de campo do projeto MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (n.º 648624) e sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foram realizadas, até à data, 169 entrevistas para recolher dados sobre as memórias herdadas pelos filhos e netos da geração que viveu os processos de descolonização de territórios dominados por Portugal, França e Bélgica no continente africano. A entrevista que se segue, de Verónica de Fátima, foi realizada no dia 28 de março de 2018 por Margarida Calafate Ribeiro.*

A minha história é diferente. Normalmente, as pessoas quando olham para mim dizem “mais uma filha de um retornado” e eu explico: “não, não é bem isso”. Nasci a 12 de março de 1959, em Luanda, Angola e cheguei a Lisboa em 1975. O meu pai é português, foi para Angola de castigo porque não quis tirar o curso superior. A sua família abrasonada e de posses, do norte de Portugal, enviou-o para África trabalhar.

A minha mãe era casada pela igreja e separou-se. Como não era permitido o divórcio, continuava oficialmente casada quando se apaixonou pelo meu pai e resolveram ir viver juntos. Entretanto ela ficou grávida. A família do meu pai não queria que o filho branco vivesse com uma mestiça. Na altura, acho que o meu avô paterno tinha morrido e isso foi um pretexto para o meu pai regressar a Portugal. Ele nunca mais voltou a Angola. Quando eu nasci ele já não estava em Angola.

Da parte da minha mãe, são todos angolanos, africanos, negros, excepto o meu avô João que emigrou do Brasil para Angola onde montou uma fazenda de café e o primeiro hotel do Uíge. Conheceu a minha avó, que era angolana. Viveram juntos, tiveram 4 filhos. Ele morreu quando a minha mãe tinha 8 anos e como não era casado oficialmente com a minha avó, ela foi espoliada. Vivíamos numa sociedade colonial, de brancos, e ela negra, com filhos, mestiços, não teve direito a nada. A minha mãe foi criada pela sua mãe e pelo padrasto, o segundo marido da minha avó materna, um angolano negro, sapateiro, a quem chamei avô; era o avô Aníbal.



Em Luanda, cresci com a minha mãe e com as minhas tias. Cresci num meio misturado, mestiço. A minha mãe, como é do norte de Angola, tinha hábitos que não eram bem vistos por outros Angolanos que a chamavam de congoleza. Vivemos sempre em bairros afastados do centro da cidade, e mesmo nesses bairros não convivíamos com toda a gente. Éramos as filhas das congolezas e tínhamos pele branca. Ainda por cima, a minha mãe era uma mulher separada, que ainda ousou juntar-se a outro homem e fazer filho com ele. E depois ousou ainda ser uma mulher independente que vivia só com as filhas, sustentava a casa e não tinha homem para mandar nela.

Da primeira à quarta classe, andei sempre num colégio privado porque a minha mãe achava que oferecia melhores condições de aprendizagem. Foi nessa altura que eu percebi que não era igual aos outros. Não havia negros nesse colégio; só havia 3 ou 4 mestiços e os brancos filhos de colonos. Um dia vieram chamar-me: “vem cá que está ali a tua empregada”. Eu respondi: “empregada?”. Achei estranho. Quando chego ao portão da escola, era a minha mãe. E percebi: na ótica daquelas pessoas brancas, a minha mãe, mestiça, não podia ser minha mãe. Eu tinha 6, 7 anos e resolvi que, a partir desse dia, a primeira coisa que eu tinha de fazer quando me apresentasse a alguém era dizer: “olha, eu não sou branca. Eu sou filha duma mulher mestiça”. Foi aí que comecei a perceber que vivíamos numa colónia, que éramos colonizados.

Lembro-me do 25 de Abril de 1974. Eu estava na escola quando soubemos. Viemos à varanda gritar “Angola! Angola! Somos Angolanas”. Reivindicámos a nossa origem. Ficamos contentes de ter havido o 25 de Abril. Nunca pensei sair de Angola. Muito menos para Portugal. Eu tinha 15 anos. Tive a percepção que era o fim da colonização, do colonialismo. Íamos deixar de ser discriminados por sermos brancos, ou pretos ou mestiços. E iríamos caminhar para um país novo, uma sociedade nova. Era o que eu imaginava.

Cheguei a Portugal a 21 de outubro de 1975 com a minha mãe e a minha irmã. Não usamos a ponte aérea porque, segundo a minha mãe, só vínhamos de férias e depois voltaríamos. Trouxemos, cada uma, uma mala com a sua roupa, algumas recordações, porque era temporário. A minha mãe regressou a Angola em março ou abril de 1976; visitava Portugal periodicamente para estar connosco. Eu e a minha irmã ficámos sozinhas. Eu, na altura, tinha 16 anos. A minha irmã tinha 13. Foi muito complicado. Nós vivíamos num apartamento, que a minha mãe alugou pagando as rendas de quase um ano. E deixou-nos um dinheirinho, mas acabou. Então íamos comer aos sítios onde havia pessoas que tinham vindo de Angola. Quando eram eles que também não tinham, vinham eles comer a nossa casa.



OLHA,  
EU NÃO SOU BRANCA

Em 1976, a minha mãe achou que, como eu era filha de um português, tinha direito à nacionalidade portuguesa. Então conheci o meu pai. Foi a primeira e última vez que o vi. A minha mãe foi falar com ele para ele me perfilhar. Como ele não se mostrou interessado, eu decidi que se tinha vivido até aos 16 anos sem ter o nome do pai no bilhete de identidade, também viveria o resto da minha vida sem ele. Obtive a nacionalidade portuguesa através da lei da nacionalidade da época.

Quando vim de Angola, eu queria ser médica. Mas acabei por não ser médica porque fui mãe. E então, achei que se ia ser mãe não podia ser médica. Eu cheguei a Portugal em outubro de 1975 e em dezembro de 1976 já estava a ser mãe. Foi muito complicado. Não fui bem-recebida pela família. Foi logo aí um choque. Não fiz amigos na escola porque eu frequentei a escola grávida. Aquelas meninas todas olhavam para mim assim de lado; “já não bastava ser uma branca mestiça, vinda de Angola, sem mãe, nem pai, e grávida”. Então, tive de criar determinadas defesas. E fui sobrevivendo.

Entrevista editada por **Fátima da Cruz Rodrigues**

**Fátima da Cruz Rodrigues** é investigadora do Projecto *MEMOIRS - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias* (ERC Consolidator Grant, n.º 648624) no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

**MEMOIRS** é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

